



GT 19. As tramas da intolerância e dos racismos religiosos e as mobilizações políticas por direitos das religiões de matrizes afro-brasileiras

Coordenador(es):

Dilaine Soares Sampaio (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Ana Paula Mendes de Miranda (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 1 - As tramas da intolerância

Debatedor/a: Rosiane Rodrigues de Almeida (INEAC)

Sessão 2 - As tramas do racismo

Debatedor/a: Lana Lage da Gama Lima (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 3 - As tramas da mobilização

Debatedor/a: Zuleica Dantas Pereira Campos (UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco)

O GT tem como objetivo discutir os múltiplos processos que envolvem a intolerância religiosa e os racismos religiosos, envolvendo as tradições de matrizes afro-brasileiras, que transbordam o “campo” religioso, havendo imbricações com questões políticas, jurídicas, sociais e culturais. Almeja ainda refletir sobre os processos de (in)visibilidade desses conflitos no espaço público em diferentes contextos e seus efeitos nos planos pessoal, interpessoal e institucional. A discussão acerca da intolerância religiosa perpassa ainda pelos debates em torno de políticas patrimoniais, das políticas públicas e da presença dos símbolos religiosos nos espaços públicos, que são objeto de várias controvérsias, além de não possuírem a mesma recepção da sociedade brasileira. Um exemplo são os símbolos religiosos vinculados às religiões de matrizes afro-brasileiras, frequentemente e sucessivamente violados em proporções muito mais elevadas que outros símbolos religiosos, notadamente os vinculados às religiões cristãs. O GT incentiva a apresentação de trabalhos que procurem, a partir de perspectivas etnográficas, discutir o acirramento das intolerâncias, especialmente após as mudanças políticas vividas no Estado brasileiro, e pensá-las levando em conta a diversidade regional. E estimula o debate de eixos interpretativos para a realização de pesquisas nesse campo empírico, bem como sobre a perspectiva ética e a conjuntura de desmantelamento de equipamentos públicos de garantias de direitos.

As articulações entre feminismo, defesa da liberdade religiosa e crítica ao racismo no Movimento das Mulheres de Axé

Autoria: Lana Lage da Gama Lima (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Nos anos de 1970, o Movimento Feminista se organiza no Brasil sob influência de movimentos norte americanos e europeus, reunindo mulheres predominantemente brancas e de classe média. No final dessa década se configura o feminismo das mulheres negras, que articulou as lutas feministas com o enfrentamento ao racismo, levando para dentro do Movimento Negro as questões específicas das mulheres. Atualmente, no contexto do acirramento da perseguição às religiões afro-brasileiras, que acompanhou o crescimento do neopentecostalismo no Brasil, surge, sobretudo entre as adeptas do candomblé, um movimento autodenominado Mulheres de Axé, que articula pautas feministas, como o enfrentamento à violência de gênero, à defesa da liberdade religiosa e à crítica ao racismo. Pretendemos realizar uma reflexão sobre as formas como são construídas essas articulações, com ênfase no diálogo estabelecido com o



Feminismo Negro, apesar de suas lideranças reivindicarem uma identidade própria, que tem como elemento fundamental a referência à ancestralidade, com destaque para a trajetória e os ensinamentos das grandes matriarcas do candomblé, falecidas ou vivas. Nesse sentido, preservam uma visão particular sobre o papel da mulher na sociedade, nascida da experiência religiosa vivida nos terreiros, que nem sempre coincide com aquela construída pelo feminismo, embora reconheçam sua importância para a ampliação da participação das mulheres nos espaços públicos e no controle social de políticas públicas que garantam os seus direitos. Assim, a experiência feminista acumulada no Brasil desde os anos de 1970 traz para dentro dos terreiros novos instrumentos de luta, como a formação de redes e a atuação política no combate ao machismo, ao racismo e à discriminação religiosa. Essas novas práticas vêm se somar à tradição de resistência e luta das grandes matriarcas do candomblé.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: